

## 5.

### Conclusão

*A democracia assemelha-se à maré alta; ela só recua para voltar com mais força sobre seus passos; e, ao final de um certo tempo, percebe-se que no meio de suas flutuações ela não cessou de ganhar terreno.*<sup>387</sup>

Em artigo publicado na revista *Estudos Históricos*<sup>388</sup>, o cientista político José Murilo de Carvalho se propõe a "*descer aos infernos*" para fazer uma visita ao sociólogo fluminense Oliveira Vianna. E se apressa a explicar o motivo da escolha de tal expressão. Autor que desfrutara de grande prestígio e influência entre o final da década de 1920 e início dos anos 1940, a estreita associação com o governo de Getúlio Vargas e o apoio ao regime de exceção instituído em 1937 renderam, no entanto, a Oliveira Vianna uma imagem negativa entre os intelectuais após a queda do Estado Novo. A situação foi agravada com o advento da ditadura militar em 1964. Para muitos de seus críticos, o diagnóstico elaborado por aquele autor sobre a realidade brasileira, bem como as soluções propostas para os problemas detectados, constituíam um dos pilares da estrutura ideológica sobre a qual se assentara o edifício do governo militar. Oliveira Vianna foi então, reporta José Murilo, mandado aos infernos. E, acrescenta,

*Nos infernos ele ainda se encontra [...]. É lá que pretendo fazer-lhe uma visita não diria amigável, mas desarmada. Depois da longa condenação, parece chegado o tempo de um julgamento menos marcado por circunstâncias políticas passadas. [...] Quanto ao apoio à ditadura, foram muitos os intelectuais que aceitaram posições no governo e de quem não se cobra a adesão com tanto rigor como de Oliveira Viana. Não se cobrou de Carlos Drummond, de Mário de Andrade, de Sérgio Buarque, e nem mesmo de Capanema. É certo que ele não só participou do Estado Novo como também o justificou teoricamente. Mas é preciso entender que o espírito da época era muito menos liberal do que o de hoje, o autoritarismo pairava no ar, da direita à esquerda.*<sup>389</sup>

Creio que a mesma ressalva se poderia aplicar aos colaboradores de *Cultura Política*. Afinal, como muito bem observa Edward Said, toda

---

<sup>387</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo: Imaginário: Primeira Linha, 2000, p. 70.

<sup>388</sup> CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 7, 1991, pp.82-99.

<sup>389</sup> *Ibid.*, p. 83.

"*intervenção discursiva*" está necessariamente referida a um contexto específico e, nesta condição, "*assume um consenso, paradigma, episteme ou práxis existente*". Temos, assim, a opção de "*escolher o nosso conceito favorito que denota a norma discursiva aceita predominantemente*"<sup>390</sup>. Em cada situação que se apresenta, afirma Said,

*[...] a marca da era em que vivemos é a tendência de haver uma ortodoxia mídia-governo dominante contra a qual é muito difícil se posicionar, mesmo que o intelectual deva supor que se pode claramente demonstrar a existência de alternativas. Assim, para reafirmar o óbvio, cada situação deve ser interpretada segundo seus próprios dados, mas (e concordaria que esse é quase sempre o caso) cada situação também contém uma competição entre um sistema poderoso de interesses, de um lado, e, de outro, interesses menos poderosos ameaçados de frustração, silêncio, incorporação ou extinção pela ação dos poderosos.*<sup>391</sup>

Não se trata, neste trabalho, de fazer um julgamento de valor, seja sobre os intelectuais que ilustraram as páginas de *Cultura Política*, seja sobre as idéias por eles defendidas, mas sim de sugerir que -- a exemplo do que se dispõe a fazer José Murilo de Carvalho em relação a Oliveira Vianna -- se faça uma reflexão, com o espírito desarmado pelo distanciamento no tempo, sobre o que de relevante, por atual, possa existir nas palavras desses autores. E que se procure, através desta aproximação, identificar os *pré*-conceitos que nos levam a aceitar sem maiores questionamentos como sendo de todo absurda a idéia de que, naquele contexto específico, pudessem propor chamar "democracia" ao conjunto de idéias que dava corpo ao Estado Nacional. Ainda que o objetivo visado fosse a construção de um conceito para servir de fundamento teórico a uma determinada ideologia, não soa prudente desqualificar, de pronto, os argumentos mobilizados e os diagnósticos feitos.

Numa época como a atual, em que fatos graves relatados a cada dia pelos meios de comunicação retratam a progressiva e sistemática desmoralização de instituições vitais da democracia representativa e não raro parecem indicar que o sistema poderia estar atingindo os limites de sua capacidade de ação, é importante reler esses ensaios para procurar entender como o conceito de democracia neles refletido foi moldado. É neste sentido que a investigação aqui proposta sobre a

<sup>390</sup> SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 164.

<sup>391</sup> *Ibid.*, loc. cit.

concepção peculiar de democracia construída pelos ideólogos do autoritarismo, e que foi a pedra de toque do regime instituído pela Constituição de 1937, se justifica. Muitas das questões ali consideradas continuam presentes em nosso cotidiano político por dizerem respeito a problemas que permanecem na raiz do descontentamento que, em diferentes regiões, ronda e ameaça a estabilidade de regimes democráticos. Não seria, portanto, de todo impróprio supor que muitos dos argumentos então utilizados poderiam ser retomados hoje e que constituiria grave equívoco desprezar sua força persuasiva.

Koselleck, em entrevista concedida a Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, faz uma consideração interessante sobre a dificuldade de se tratar determinados temas em função de preconceitos:

*[...] o estudo histórico dos conceitos admite diferentes perspectivas e aproximações. Assim, por exemplo, podemos centrar nossa atenção no marco normativo do liberalismo, como parece ter sido o caso do léxico espanhol. Eu, contudo, não incorporaria um marco normativo desse tipo, qualquer que fosse, porque minha experiência com os colegas teóricos do direito, juristas e teólogos é que muitos deles foram incapazes de conceber uma história descritiva dos conceitos, abordagem que, para alguns, parece despertar enormes reticências de caráter dogmático. De algum modo, eles partem do princípio de que conhecem "a verdade", de que sabem qual é o "verdadeiro conceito" correspondente a tal ou qual noção, e não estão dispostos a admitir análises histórico-conceituais que se choquem com a sua visão normativa das coisas. [...] Os principais teólogos incorrem frequentemente em erros e falsas interpretações em razão de seus preconceitos. O melhor seria que transformassem seus preconceitos em hipóteses. Assim, transformando cada preconceito em uma hipótese ou em um conceito aberto ao debate, poderíamos perguntar-nos livremente se é, ou não é, possível ou aceitável tal ou qual coisa.<sup>392</sup>*

A democracia representativa no Brasil, enfatiza Bolívar Lamounier, foi desde o século XIX alvo de questionamento por políticos e intelectuais, que a criticavam como "*estrutura importada, idéia fora de lugar, fruto do idealismo utópico da elite dirigente ou [...] cínico instrumento de dominação a serviço da classe latifundiária*"<sup>393</sup>, prática que o autor aponta como um dos traços mais marcantes da nossa cultura política.

<sup>392</sup> SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. "Entrevista com Reinhart Koselleck". In: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, op. cit., pp. 142-143.

<sup>393</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurin Editora, 2005, p. 15.

Nesta mesma linha de argumentação, Sérgio Buarque de Holanda reputava a democracia, no Brasil, como tendo sido sempre um "*lamentável mal-entendido*". Dentre todas as formas de "*evasão da realidade*", afirma em *Raízes do Brasil*, amplificando argumentos que povoam as páginas de *Cultura Política*,

*a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.*<sup>394</sup>

Na realidade, pondera Lamounier, a "*questão democrática*" só viria a se constituir efetivamente em uma questão no Brasil depois de 1945, dado que a Primeira República se configurara como continuação da política oligárquica e que o regime implantado no período 1937-1945 como desfecho da Revolução de 1930 assumira uma feição ditatorial<sup>395</sup>.

A intensidade emotiva de que se revestem as aspirações em relação àquilo que se considera que um regime democrático deva ser capaz de proporcionar é fator essencial na determinação do lado para o qual a balança política acaba por pender. A percepção de que a mera observância das regras do jogo democrático nem sempre é suficiente para concretizar essas aspirações pode produzir uma sensação de descrença e insegurança. Deste sentimento pode resultar que o apoio inicial à democracia se transforme em rejeição, se valores associados ao ideal democrático não estiverem fortemente consolidados. Rompida a "sensação de democracia", abre-se espaço para a aceitação, em alguma medida, de restrições à liberdade em nome da promessa, por um governo não necessariamente democrático ou democrático apenas na forma e não na substância, de dar prioridade à realização de determinados objetivos supostamente comuns a todos (progresso, emprego, segurança, por exemplo). Daí a importância de se acompanhar as transformações que se processam no interior da cultura de uma

<sup>394</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 176.

<sup>395</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula...*, op. cit., p 134.

sociedade, no que concerne às suas crenças e expectativas em relação aos poderes públicos, a ela própria, e aos direitos e deveres de que se acredita portadora. Em outras palavras: não perder de vista a realidade objetiva. Os articulistas de *Cultura Política* aqui analisados mostraram estar atentos a estas variáveis e saber perfeitamente como trabalhar, em seu discurso, a "sensação de democracia", ou a sua ausência, no sentido de re-significar o conceito para legitimar a nova ordem política.

Como mostram na teoria Koselleck e Skinner, em estudos aqui comentados, e como se pode acompanhar na prática através dos artigos publicados em *Cultura Política* analisados nesta dissertação, a re-significação de conceitos -- ou a redescrição retórica, expressão preferida por Skinner -- é arma extremamente poderosa. Koselleck ilumina este aspecto ao mostrar como a re-significação de termos, bem como a criação de neologismos, acabam por transformar o espaço de experiência e definir novos horizontes de expectativa, e também ao chamar a atenção para a relevância social e política que, no interior desse processo, adquire a luta pela produção de conceitos "adequados".<sup>396</sup>

Volto, nesta conclusão, às ponderações de Koselleck sobre os conceitos de movimento -- categoria na qual ele inscreve o conceito de democracia -- que antecipam, na teoria, o movimento histórico e contribuem, na prática, para influenciar a direção dos acontecimentos políticos.<sup>397</sup>

Discorrendo sobre a estrutura temporal da modernidade, cujo eixo era dado pelo conceito de progresso, o historiador alemão afirma que só foi possível pensar a modernidade como um novo tempo a partir do distanciamento das expectativas em relação ao conjunto das experiências existentes<sup>398</sup>. Essa superação cada vez mais rápida entre as categorias "*experiência*" e "*expectativa*" era parte de um processo deflagrado pela introdução de inovações técnico-industriais em velocidade nunca vista, sendo a aceleração dos acontecimentos o resultado prático de tal processo. Nesse contexto, ensina Koselleck, a fórmula que se consagrou era "*quanto menor a experiência tanto maior a expectativa*".<sup>399</sup>

<sup>396</sup> KOSELLECK, Reinhart. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 101.

<sup>397</sup> Idem. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa". In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*, op. cit. Cf. p. 325.

<sup>398</sup> Ibid., p. 322.

<sup>399</sup> Ibid., p. 326.

Adauto Novaes, em ensaio no qual reflete sobre a crise atual que parece atingir a política, a cultura, a relação entre o público e o privado e os próprios valores morais, pondo em xeque conceitos e valores em torno dos quais se acreditava haver-se formado certo consenso em meio às naturais divergências, observa que o que há de novo nesta crise, se comparada às anteriores, é que agora parece praticamente impossível imaginar o futuro. Na medida em que o presente tende a se constituir como "*inteiramente novo*", aparentemente descolado de quaisquer referências prévias, torna-se mais difícil deduzir algo do passado, pois "*Quando tudo aquilo que uma civilização cultivou como 'virtude' na ordem do pensamento, do senso comum, dos sentimentos e da política transforma-se em seu contrário, em um 'mal', essa civilização não se reconhece mais*"<sup>400</sup>. Com esta observação, Novaes aponta como marca da contemporaneidade um processo de descolamento entre experiência e expectativa semelhante ao descrito por Koselleck.

Uma pergunta feita a Koselleck, a este propósito, por Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes na mencionada entrevista com o historiador alemão permite estender uma ponte entre o comentário de Novaes e a resposta de Koselleck. Perguntam os entrevistadores:

*[...] se é certo que [...] sempre existiu uma brecha entre a realidade factual e a sua apreensão linguística, você não tem a impressão de que essa brecha tornou-se muito grande ultimamente como consequência da esclerose de muitos conceitos políticos e sociais nascidos ou transformados em seu sentido moderno há 200 anos, que teriam esgotado a sua capacidade de gerar expectativas e que já não são capazes de dar conta das novas realidades do início do século XXI satisfatoriamente? [...] Poderia se dizer que, de modo similar -- embora também diferente -- ao que se sucedeu há 200 anos, foi quebrado o equilíbrio entre experiência e expectativa, na medida em que o caráter insólito e opaco do futuro -- que cada vez é mais difícil de ser pensado como simples prolongamento do presente -- torna muito difícil a extrapolação para o porvir de conclusões extraídas de situações anteriores. Agora, se tomarmos como certa esta obsolescência do nosso universo conceitual, essa espécie de implosão dos conceitos políticos e sociais, você não acredita que poderíamos estar no umbral de um outro Sattelzeit de sinal inverso à grande transformação semântica aberta na segunda metade do século XVIII, uma espécie de Sattelzeit às avessas? E, neste caso, tendo em vista o que sabemos sobre a primeira revolução conceitual do mundo moderno, não lhe parece que talvez valesse a pena empreender uma espécie de "história prospectiva" ou de história dos conceitos do tempo presente?*

<sup>400</sup> NOVAES, Adauto. "Intelectuais em tempos de incerteza". In: NOVAES, Adauto (Org). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 12.

*E para finalizar, você ainda considera válido em algum sentido o antigo aforismo ciceroniano: "Historia magistra vitae"?<sup>401</sup> [grifos meus]*

Embora Koselleck, na entrevista, não responda de forma direta a este segmento da pergunta, parece-me que ele já o havia respondido em grande parte em *Futuro passado*, ao esboçar a tese de que a classificação dos conceitos sociais e políticos em conformidade com as categorias por ele criadas de “*expectativa*” e “*experiência*” constitui uma chave para se perceber o tempo histórico em mutação.<sup>402</sup>

Com o propósito de ilustrar este raciocínio, o autor se vale de exemplos escolhidos no âmbito da ação política e, mais especificamente, da terminologia constitucional, ordenando os conceitos em algumas categorias distintas e advertindo tratar-se de classificação tão somente temporal. Existem conceitos que se limitam a classificar e registrar experiências: são "*conceitos de experiência*" que, por estarem referidos a um passado presente e retomar experiências já feitas, podem continuar a ser usados no futuro sem grandes modificações. Há, por outro lado, "*conceitos que criam experiências*". Estes, por não se fundarem exclusivamente na experiência disponível, operam de forma um pouco diferente da primeira categoria. Buscam entrever, nas estruturas de longa duração, as possibilidades futuras que se anunciam nas experiências "*imprecisas e ocultas*" e que através delas se manifestam sob a forma de prognósticos capazes de criar um novo horizonte de expectativa. Há também conceitos que, por não terem qualquer correspondência em experiências anteriores, configuram-se como conceitos de antecipação. A eles Koselleck se refere como "*conceitos de expectativa*".<sup>403</sup>

Um dos exemplos mobilizados pelo autor para caracterizar o momento exato em que ocorre a mudança de perspectiva que converte um conceito pleno de experiência em um conceito de expectativa, ou em um "*conceito de movimento*", é a expressão "republicanismo", cunhada por Kant como forma de sinalizar o caminho a ser seguido para que a república se tornasse realidade:

<sup>401</sup> SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. "Entrevista com Reinhart Koselleck". In: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (Org.). *História dos Conceitos...*, op. cit., p. 161. (Para uma breve explicação sobre o conceito de *Sattelzeit*, ver nota 17 na p. 162 do livro).

<sup>402</sup> KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa". In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*, op. cit. Cf. p. 322.

<sup>403</sup> Ibid. Cf. pp. 323-324.

*O "republicanismo" foi [...] um conceito de movimento, que no espaço da ação política permitiu realizar aquilo que o "progresso" prometeu cumprir na história como um todo. O antigo conceito da "república", que chamava a atenção para uma situação, se transformava em um telos, em objetivo, ao mesmo tempo que -- com o auxílio do sufixo "ismo" -- se temporalizava em um conceito de movimento. Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente. A diferença temporal entre todas as formas de governo até então conhecidas e a futura constituição, por todos esperada e desejada, foi posta sob um conceito que influiu diretamente no acontecer político.<sup>404</sup>*

Koselleck chama a atenção para o fato de que nem o republicanismo, nem qualquer dos conceitos mais marcantes que surgiram a seguir -- democratismo, liberalismo, socialismo, comunismo, fascismo -- possuíam, ao serem criados, uma carga de experiência que pudesse ser considerada expressiva, se é que possuíam alguma, e certamente não traziam em si um conteúdo capaz de traduzir as aspirações de que eram portadores no momento de sua constituição. Aos conceitos de movimento, frisa Koselleck, cabia descobrir um futuro novo. E é neste sentido que a fórmula anteriormente referida -- "*quanto menor a experiência tanto maior a expectativa*" -- se aplica.

A aplicação desta fórmula, porém, só se justificava em um contexto em que experiências passadas não mais se mostravam aptas a fornecer elementos para as expectativas que se formavam em um mundo cuja marca era o acelerado processo de transformação, potencializado pelos avanços da técnica. Na perspicaz análise de Koselleck -- e é aqui que considero que ele responde à pergunta formulada por Javier Fernández e Juan Fuentes, e também dialoga com a observação de Adauto Novaes -- na atual perspectiva esta premissa parece demonstrar tendência a se inverter, restituindo os termos da equação à sua relação original:

*Mas, depois de haverem nascido de uma revolução, quando os projetos políticos correspondentes se transformam em realidade, as velhas expectativas se desgastam nas novas experiências. Isso vale para o republicanismo, o democratismo e o liberalismo, na medida em que a história permite atualmente emitir um juízo. Pode-se presumir que continuará sendo válido para o socialismo e também para o comunismo, se este chegar a ser declarado como introduzido na história.*

*Podéria assim acontecer que uma antiga determinação relacional viesse a readquirir seus direitos: quanto maior a experiência, tanto mais cautelosa, mas*

---

<sup>404</sup> KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa". In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*, op. cit., p. 325.



também tanto mais aberta a expectativa. *Para além de qualquer ênfase, ter-se-ia então alcançado o final da "modernidade", no sentido de progresso otimizador.*<sup>405</sup> [grifos meus]

Embora reconheça que as explicações baseadas no passado são pouco ou nada eficazes em períodos de aceleração histórica, quando as mudanças se sucedem de forma vertiginosa, Koselleck sugere a possibilidade de, no longo prazo, submeter-se essas estruturas de aceleração a uma análise. A idéia é decompô-las em seus vários "*estratos temporais*", que se entrelaçam e se influenciam, para daí extrair eventuais pontos em comum e identificar problemas e experiências que se assemelham ou se repetem<sup>406</sup>. Pois afinal, diz ele, as experiências só podem ser reunidas porque, sendo experiências, são passíveis de repetição. Isto indica que devem existir na história estruturas formais e de longo prazo que viabilizem a recuperação dessas experiências o que, por sua vez, permite inferir ser possível a superação da diferença entre experiência e expectativa, "*a ponto de a história poder novamente ser ensinada*". E acrescenta:

*A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam. Também estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história.*<sup>407</sup>

A História tem mostrado que é preciso estar atento às suas experiências.

Recente artigo de autoria de Luiz Werneck Vianna, que recebe o sugestivo título de "O Estado Novo do PT"<sup>408</sup>, parece vir ao encontro desta observação. No ensaio, o autor comenta o processo de centralização em curso no atual governo, o qual, apesar de diferir em seus motivos de processos similares que tiveram lugar anteriormente, a eles se assemelha no sentido de também resultar da "*ação das elites ilustradas*" e ser um modelo imposto "*de cima para baixo*", prescindindo da participação dos cidadãos. O atual governo, observa Werneck Vianna, devido à sua composição pluriclassista, está organizado sob a forma de um "*Estado de*

<sup>405</sup> KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa". In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*, op. cit., p. 326.

<sup>406</sup> SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. "Entrevista com Reinhart Koselleck". In: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (Org.). *História dos Conceitos...*, op.cit. Cf. p. 163.

<sup>407</sup> KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa", op. cit., p. 327.

<sup>408</sup> VIANNA, Luiz Werneck. "O Estado Novo do PT". Julho de 2007. Disponível no site: <http://www.acesa.com/gramsci/>. Acesso em 15 de julho de 2007.

*compromisso*", reunindo em si forças sociais contraditórias. Este Estado de compromisso se traduz na criação, "no interior de suas agências", de um "parlamento" paralelo no qual as classes, as frações de classes, e outros segmentos sociais podem se expressar a respeito de políticas que tratem de questões de seu interesse imediato. Nesse "parlamento", sublinha o autor, são tomadas decisões sobre políticas a serem implementadas e sobre a forma de executá-las. Se não houver consenso, a decisão final cabe ao presidente. Configura-se, assim, um processo de "ultrapassagem da representação política" em favor de uma "representação funcional", que permite contornar "o parlamento real e o sistema de partidos na composição dos interesses em litígio [...]".

Este processo em muito se aproxima do conceito de "democracia funcional" que, como visto nos artigos de *Cultura Política*, se procurou implementar durante o Estado Novo.

Alguns pontos em comum -- apesar das evidentes diferenças, sobretudo de contexto -- entre a forma de governo que marcou o Estado Novo e a praticada atualmente, são realçados por Werneck Vianna:

*Sob essa formatação, em que elites dirigentes de corporações integram o comando da política econômica, em que as centrais sindicais tomam assento no governo, em que se valoriza a representação funcional -- caso conspícuo o ministro do Trabalho, alçado a essa posição na condição de presidente da CUT --, em que se faz uso instrumental das instituições da democracia representativa, em que se reforçam os meios da centralização administrativa, e, sobretudo, em que se quer apresentar o Estado como agência não só mais moderna que sua sociedade, como também mais justa que ela, o que se tem é uma grossa linha de continuidade com a política da tradição brasileira. Aí, os ecos da Era Vargas e do Estado Novo, decerto que ajustados à nova circunstância da democracia brasileira. Também aí um presidente da República carismático, acima das classes e dos seus interesses imediatos, cujos antagonismos harmoniza, detendo sobre eles poder de arbitragem, cada vez mais apartidário, único ponto de equilíbrio em um sistema de governo que encontrou sua forma de ser na reunião de contrários, e em que somente ele merece a confiança da população<sup>409</sup>. [grifo no original]*

A história parece ensaiar ter aqui a pretensão, já apontada nos idos de 1922 por Oliveira Vianna, de ir além do papel a ela assinalado por Cícero. Dizia este mestre do pensamento político brasileiro que "Bem razão têm os historiadores alemães, da escola de Ranke e Mommsen, quando fazem da história, não

<sup>409</sup> VIANNA, Luiz Werneck. "O Estado Novo do PT", op. cit.

*propriamente como queria Cícero, 'a mestra da vida'; mas, principalmente, 'a mãe e a mestra da política'.*"<sup>410</sup>

Meu objetivo, ao aprofundar e desenvolver o estudo do tema aqui proposto, foi acompanhar e tornar claro o processo de redefinição ao qual foi submetido, nas páginas de *Cultura Política*, o conceito de democracia. Para tanto, procurei mostrar como os intelectuais que participaram do processo construíram sua argumentação no sentido de, mantendo o mesmo significante, tentar dar ao conceito significado "radicalmente diferente", talvez para fazer face a um desses momentos da história em que, para usar a expressão de Koselleck, "*as velhas expectativas se desgastam nas novas experiências*".

Jorge Luis Borges, nas palavras transcritas na epígrafe que abre esta dissertação, observa que quando as pessoas começam a desacreditar do excesso de significantes que se tenta reunir para dar substância ao conceito de "*Quimera*", a forma desaparece e a palavra permanece, mas para apenas significar o impossível. No vazio que se segue, torna-se fácil dar ao conceito qualquer definição, traduzindo-o em "*cualquier otra cosa*." Destino semelhante parece ter o conceito de democracia. Os múltiplos e diferentes ideais, expectativas e aspirações que se tem procurado juntar, ao longo do tempo, em um mesmo conceito, têm resistido a "*formar un solo animal*". Ao contrário do que ocorre com a quimera, no entanto, que acaba por se dissolver no vazio da ausência de significado, toda esta disputa em torno do conceito de democracia denota um movimento que se afigura como positivo: a tentativa de evitar que o termo se transforme em "*idea falsa, vana imaginación*", que é, nos diz Borges, como os dicionários hoje definem "*quimera*".

---

<sup>410</sup> VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 38.